

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

Cuba em transformação: dimensões internacionais

Daniel Antiquera*

Resumo: A revolução cubana passa por transformações importantes que se expressam mais evidentemente na transferência do comando do governo de Fidel para Raul Castro (a partir de 2006 provisoriamente e em 2008 definitivamente) e num conjunto de diretrizes para mudanças econômicas substantivas na Ilha aprovadas no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, em abril de 2011. Como tudo que acontece em Cuba, este momento tem sido objeto de debates na imprensa, entre militantes, acadêmicos e mesmo entre representantes dos demais governos, além do próprio povo cubano, evidentemente. As discussões centram-se, em geral, na profundidade e impacto dessas mudanças, quase sempre em torno da manutenção ou não do caráter da Revolução e do regime que ela gerou. Este trabalho pretende focar nos aspectos internacionais desta transformação, especificamente na mudança que pode significar para a projeção internacional de Cuba e da Revolução.

Palavras-chave: Revolução Cubana; Política Internacional; Reformas.

Discute-se aqui a importância das relações internacionais para se compreender o recente processo de transformação que atravessa a Revolução Cubana, suas perspectivas e, por outro lado, as possíveis mudanças na forma de Cuba agir externamente. Observar o processo a partir de sua dimensão internacional pode trazer algumas vantagens:

- 1) A primeira, e principal, é enfatizar a restrita margem de escolha em que se situa um país pequeno (geográfica e economicamente) e de posição dependente no sistema internacional. Além desta característica geral, compartilhada por vários países, há ainda a especificidade de Cuba, alvo de uma ofensiva incessante simplesmente pela maior potência econômica e militar do planeta desde os primeiros passos da Revolução.

* Professor do departamento de relações internacionais da UFPB – dantiquera@yahoo.com.br

- 2) Destacar a especificidade da presença internacional de Cuba, surpreendente pelo seu tamanho.
- 3) Avaliar em que medida as transformações internas a) são em grande medida resposta a um contexto internacional e b) que impacto elas podem ter na política externa cubana e sua presença internacional

Sobre o primeiro ponto, esclareça-se desde já que não se irá abordar o principal, ou seja, o criminoso bloqueio econômico dos EUA contra Cuba, que envolve não apenas este país, mas outros também que são ameaçados de sanções pelos norte-americanos. Há bastante literatura sobre o assunto (inclusive controvérsias sobre a extensão do seu impacto), então a opção foi por se destacarem outros aspectos, o que não significa ignorar que o fator fundamental das relações internacionais de Cuba é a posição (e as ações) dos EUA.

Além do bloqueio econômico, a agressão se dá por meio da violência direta. Na síntese de Fernando Morais:

“Não houve um só dia, ao longo destes 47 anos, em que o país não tivesse sido vítima de atentados a bomba, sequestros e provocações de toda sorte. Só nos primeiros 14 meses após a invasão da Baía dos Porcos, os Estados Unidos patrocinaram, financiaram ou organizaram 5.780 ações terroristas contra Cuba, 700 delas contra fábricas, usinas de açúcar e equipamentos industriais, causando prejuízos incalculáveis e tirando a vida de 234 pessoas. A temida guerra bacteriológica, de que tanto se fala hoje, vem sendo usada pelos sucessivos presidentes norte-americanos contra a Revolução Cubana há quatro décadas. Em 1971, com Nixon na Casa Branca, a CIA desembarcou em Cuba um contêiner contaminado com um desconhecido vírus africano da peste suína, que provocou o sacrifício de 500 mil porcos. Dez anos depois, quando Ronald Reagan era presidente, a organização terrorista Omega 7, com sede em Miami, introduziu na ilha um vírus produzido em laboratório, o da dengue tipo II, que provoca febres hemorrágicas fatais para o ser humano. Resultado: 158 mortos (entre eles 101 crianças) e mais de 350 mil pessoas contaminadas. Só contra a pessoa de Fidel Castro já foram realizados mais de seiscentos atentados”¹. (MORAIS, 2006:12-13).

A dependência internacional

Para além das agressões dos EUA, o fato é que é notável a dependência de alimentos, crédito, petróleo, tecnologia, máquinas e produtos industrializados². Neste cenário, a política internacional se torna fundamental, como sintetiza Sánchez-Egozcue, para quem, no caso de Cuba, com sua dependência comercial e insuficiência crônica de recursos nacionais, a

¹ Informações mais detalhadas do apoio dos EUA ao terrorismo contra Cuba a partir do território norte americano podem ser encontradas em MORAIS, 2011.

² Ver, entre outros: VALDÉS & URDANETA & GONZÁLES (1997:21 -27), MOLINA (2005)

inserção econômica internacional é o elemento central de qualquer estratégia de desenvolvimento. (SÁNCHEZ-EGOZCUE, 2006: 72). Na mesma linha, estudo recente da CEPAL trabalha com a hipótese de:

“a capacidade de importação determina os níveis de produção e exportação do país, pelo fato de que a disponibilidade de divisas tem constituído o principal ponto de estrangulamento da economia cubana. Em certos momentos, o volume e o preço do açúcar exportado constituíram os principais ingressos nas divisas da Ilha, mas atualmente o turismo internacional, as remessas familiares e as vendas externas de níquel ganharam maior importância. Cuba tem um elevado coeficiente de importações porque seu crescimento econômico demanda grandes volumes de compras externas de matérias primas, materiais, combustíveis e energéticos e alimentos” (MOLINA, 2005:6)

Com capacidades produtivas muito limitadas, Cuba precisa importar boa parte de suas necessidades e mesmo do dinheiro necessário para produzir o que vai exportar. Esta dependência não se refere apenas ao período de crise que se inicia nos anos 1990. De 1959 a 1989, Cuba também em grande parte dependeu do apoio (econômico, militar e político) da URSS. A partir de acordo comercial e econômico assinado entre os dois países em 1962, Cuba fornecia açúcar em troca de créditos comerciais, petróleo, produtos de petróleo, maquinaria, trigo e outros alimentos em geral, produtos químicos e fertilizantes. Desde 1972, Cuba ingressa no bloco das economias socialistas (Conselho Mútuo de Assistência Econômica - CMAE), com preços e tarifas especiais, o que se complementava com transferências por meio de assistência econômica e créditos para o desenvolvimento, estimados em US\$ 6,6 bilhões entre 1960 e 1990 (SÁNCHEZ-EGOZCUE, 2006:73, 74).

Esta relação levou a um problema da especialização da produção econômica de Cuba em produtos de baixo valor agregado, como o açúcar, níquel e cítricos. Após o fim da URSS e do CMAE, o baixo valor destes produtos não seria a única dificuldade, já que a maior parte do açúcar consumido no mundo é refinado, e Cuba tem dificuldades para refiná-lo. O mesmo ocorre com os cítricos que têm demanda apenas dos vizinhos, e o níquel, já que Cuba não o produz em sua forma metálica, o que dificulta a sua comercialização (MOLINA, 2005:27).

A política externa cubana

A especificidade desta dependência econômica, no caso cubano entre 1959 e 1990, é que ela foi conjugada com uma postura autônoma, ativa (e ativa) e relevante de atuação internacional. O exemplo mais evidente do ativismo internacional de Cuba é o envio de tropas para o continente africano, especialmente Angola:

"From 1975 to 1990 (median population in those years about 10 million people) sent over 300.000 troops to overseas military missions. Typically, Cuba had 30.000 to 50.000 troops deployed overseas during any given year in that 15- year span. And, unlike U.S. troops in Vietnam and Soviet troops in Afghanistan, Cuban troops won the three wars they went to fight on African Soil (twice in Angola and once in Ethiopia). Indeed, Cuba's was the only communist government capable of deploying significant military forces across the oceans and achieving its objectives on the battlefield. The Soviet Union had no more reliable military ally during the Cold War" (DOMÍNGUEZ, 2001, 185)

Outro indicador é o fato de estabelecer relações com países capitalistas industrializados (incluindo a proximidade com a Espanha Franquista), como forma de se opor ao isolamento pretendido pelos EUA, e para diversificar seu comércio, a despeito da URSS. Segundo Dominguez (1989), quando os governos não ameaçavam Cuba, esta preferia manter relações com eles a apoiar movimentos revolucionários contra estes governos. O país ainda apoiou a Argélia contra Marrocos, mesmo que Marrocos tivesse uma importância econômica maior. Condenou o Egito por seus acordos com Israel em Campi David mesmo tendo boas relações comerciais com o Egito. Ficou do lado do Vietnã contra a China, mesmo a China sendo um dos parceiros econômicos mais importantes (Op. cit: 6,7). E por fim, mencionem-se os atritos com a própria URSS, com seu auge em 1968 (Op.cit.:61-77).

Também se pode verificar esta autonomia e ativismo na liderança de Cuba no Movimento dos Não Alinhados, que presidiu entre 1979 e 1983 (ERISMAN:1985, 73-91). A isso se soma a política permanente de assistência ao desenvolvimento, principalmente nas áreas médica, de cultura e esportes.

Dominguez (op.cit: 6), conclui que Cuba segue sua própria hierarquia de objetivos em política externa, sendo o principal deles a própria sobrevivência e manutenção do processo revolucionário. Erisman também aponta a autonomia do país em política externa, mas considera o fator explicativo fundamental o nacionalismo cubano, entendido como um forte senso de consciência coletiva, de afirmação da própria identidade e de autodeterminação (1985:9). A maior parte da literatura³ chama a atenção para o fato de, principalmente a partir dos anos 1970, o país agir globalmente, ou seja, atuar em temas não restritos a seu entorno geográfico e interesses econômicos imediatos.

3 Por exemplo: FERNANDÉZ (2003), ERISMAN (1985), DOMINGUEZ (1989, 2001). Se se compara, por exemplo, com a política externa do Brasil (um país muito maior geográfica, econômica e militarmente), nota-se que apenas muito recentemente (a partir de 2003) o país tem buscado um protagonismo em questões globais, e há muitos questionamentos a serem feitos sobre o êxito desta empreitada (tentativa de intervenção nos casos de Honduras, Haiti, Irã, Israel-Palestina, Rodada Doha da OMC etc).

Do ponto de vista das relações internacionais, o surpreendente é um país das dimensões de Cuba ser um protagonista no cenário internacional (inclusive militarmente): *"It simply defies logic, and it has survived, based upon its own model of development and its own distinctive foreign policy"* (KIRK, 2006:333). No mesmo sentido: *"Not only did the revolutionary government represent a break with the foreign policy actions of the republican government (1902-1959), but it broke the mold of how small, relatively poor states are supposed to behave in world politics"* (FERNANDÉZ, 2003:84)⁴. Na síntese de Dominguez: *"Cuba is a small country, but it has a big country's foreign policy"*(1978:83)

O que se questiona neste trabalho é justamente em que medida as recentes transformações podem levar a mudanças na forma que Cuba tem de agir externamente e, em último caso, na sua importância internacional.

As reformas recentes (2011):

As reformas aprovadas em abril de 2011 no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba⁵ são focadas essencialmente no aspecto econômico, e em sua maioria dizem respeito à estrutura econômica interna. Aqui, em função do recorte deste trabalho, se focará nas mudanças voltadas para as relações internacionais, o que o governo cubano denomina "sector externo". Antes, uma pequena menção mais geral às mudanças, principalmente aquelas que geraram, segundo o próprio Raul Castro em discurso à Assembleia Nacional, a maior quantidade de debates, controvérsias e questionamentos⁶.

Em primeiro lugar, o encerramento das cestas de alimentação aos cidadãos cubanos (as "libretas de abastecimento"). Por mais que o governo reconheça a inevitabilidade de a mudança ser gradual, isto não esconde o fato de a proposta representar uma transformação grande de concepção. A política de fornecimento de alimentos deixa de ser concebida como

4 Apesar de o autor reconhecer a diferença da política externa a partir da revolução, no artigo citado ele argumenta que alguns elementos vêm já da política externa desde 1902. Em sua síntese, a pretensão de grandeza já seria um dado próprio, e cultural, da política externa cubana. A diferença seria a de que antes da Revolução Cuba "falava grande", e depois teve a capacidade de "agir grande". Este sentido de uma identidade cultural e uma tradição de atuação é também apontado por PISANI (1988), que estuda os séculos XVI a XIX, mas no prefácio do livro afirma: *"Partimos de la convicción de que la Revolución Cubana, em lo internacional, es el resultado último de una retrospectiva de siglos y que este volumen es el frontispicio de otros períodos más contemporáneos al glorioso primero de enero de 1959, hito que, a su vez, tiene tanta presencia relevante y princiasta em lo internacional."*

⁵ O documento aprovado pela Assembleia Nacional denomina-se Lineamentos da política econômica e social do Partido e da Revolução. Adiante, será tratado apenas como LINEAMENTOS (2011), com indicação do item a que se refere.

⁶ CASTRO (2011). As referências a seguir serão fundamentadas neste documento.

universal, e passa a ser tratada como exceção, apenas para os mais necessitados. O argumento é de que ela gera distorções, desincentiva o trabalho e até pode incentivar vícios como o do fumo, pois é distribuída para não fumantes e até para crianças com cigarros. Pretende-se incentivar o trabalho (inclusive privado) para que os cidadãos tenham recursos para comprarem seus alimentos.

Além do significado mais geral desta mudança de concepção, este tema das “libretas” gera uma controvérsia enorme entre a população, e é possível imaginar desdobramentos políticos como diminuição de apoio do governo, aumento da dissidência e a possibilidade de instabilidades em função deste novo cenário. Evidentemente nada disso é certo, nem se o governo manterá esta política, mas é um dado importante para a avaliação das perspectivas da Revolução Cubana. Do ponto de vista internacional, os adversários de Cuba certamente tentarão capitalizar e potencializar a possibilidade de divisão.

Próxima a esta mudança de concepção está uma substituição do sentido de igualdade a que remete o socialismo. Há uma autocrítica à adoção do chamado “igualitarismo”, e a proposição de que este deva ser substituído pela noção da igualdade de direitos e oportunidades, conjugados com uma política de assistência social voltada aos mais necessitados (como no caso dos alimentos). Igualdade de direitos e de oportunidades são princípios que precedem, historicamente, as concepções socialistas. Elas estão ligadas à linhagem liberal do pensamento político, como contraposição a concepções aristocráticas e conservadoras⁷. Na verdade, o tema subjacente a esta discussão é o sentido do projeto socialista ou, em outras palavras, quais os valores socialistas a serem construídos. No entanto, este trabalho não se pretende a se estender por esta questão (por ser outro o objeto aqui), mas apenas destacá-la como um dos elementos de um complexo processo de transformações sociais por que passa Cuba. Esta complexidade, inclusive, passa pela dificuldade de mediação entre os projetos políticos, suas bandeiras e concepções, e sua construção histórica e material.

⁷ Nesta mesma linha, a máxima de Marx (expressa na “Crítica ao programa de Gotha”) “de cada qual segundo sua capacidade a cada qual segundo sua necessidade” aparece como norte do socialismo cubano com a seguinte formulação: “de cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo seu trabalho” (Lineamentos, 2011). Há, na sutileza das mudanças de palavras, uma mudança de significativa de enfoque: a ideia de Marx está em que um sistema social mais justo e eficiente que o capitalista seria capaz de, a partir da capacidade de trabalho de cada um, satisfazer à necessidade de todos. Ou seja, desde que superadas a exploração de classe e se coloque a satisfação das necessidades humanas como centro, a sociedade poderia contemplar a todos. Na versão cubana, a distribuição de riqueza está atrelada ao esforço individual, ao trabalho, modificando o sentido socialmente radical da concepção original de Marx.

Reduzir um processo revolucionário a uma disputa de conceitos ou teorias (e interpretações sobre elas) e simplesmente julgá-lo a partir daí é caminho fácil, mas inócuo do ponto de vista político, da função social do pensamento.

Outro tema bastante comentado é a possibilidade de venda de propriedade de imóveis e automóveis. Isto possivelmente gerará um mercado interno, com claros desdobramentos externos, tanto pelo movimento monetário quanto pelo interesse das indústrias automobilísticas e de construção, e justamente um dos principais objetivos das reformas é trazer investimentos para o país – a questão é considerar o que implicarão estes investimentos externos. Oficialmente, ainda se argumenta a necessidade de regularizar um mercado que já existe ilegalmente e, assim, aumentar o controle e a arrecadação pelo Estado.

Os Lineamentos dão uma importância grande ao incentivo ao cooperativismo⁸, como forma de descentralizar a produção econômica (e absorver o contingente que deixará de pertencer ao funcionalismo público). Neste ponto, é preciso atentar para o risco de dar espaço a uma divisão que nos remete explicitamente a outro sistema que não o socialismo, quando se menciona, no item 26, que as cooperativas serão constituídas por pessoas que contribuem com seu trabalho ou bens. Que significa alguém contribuir com bens e não com trabalho, se não a possibilidade de uma diferenciação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores? Não é possível estabelecer que isto equivalerá a uma relação capitalista entre os possuidores de bens e trabalho, na medida em que não implica necessariamente a propriedade daquilo que se produz por uns em detrimento dos outros, tampouco a subordinação dos trabalhadores aos proprietários. No entanto, abre uma brecha importante, já que há quem possa ganhar sem trabalhar, pelo fato de possuir bens. Da mesma forma, no item 29 se traz a possibilidade de criação de “cooperativas de segundo grau”, o que também representa um risco de várias espécies de desvirtuamento. Apesar de os sócios destas cooperativas de segundo serem as cooperativas de primeiro grau, quem irá trabalhar nelas? Haverá uma subordinação dos trabalhadores das cooperativas de segundo grau com relação aos sócios das de primeiro? O que significaria na prática esta subordinação? São questões que não devem ser respondidas de forma apressada, mas que devem chamar a atenção de quem queira compreender os rumos de Cuba.

⁸ As cooperativas começaram no setor agropecuário, mas a partir de 2012 foram autorizadas e normatizadas as cooperativas em outros setores (ver <http://www.cubadebate.cu/noticias/2012/12/11/en-vigor-nuevo-decreto-ley-que-establece-constitucion-experimental-de-cooperativas-en-sectores-no-agropecuarios/>)

Esta discussão do tema do cooperativismo remete a outra, sobre as relações entre o modo de gestão e o modo de produção. As reformas aprovadas no Congresso visam explicitamente “reconhecer e promover” outras formas de gestão, como “o investimento estrangeiro, as cooperativas, os pequenos agricultores, os usufrutuários, os arrendatários, trabalhadores por conta própria e outras formas que pudessem surgir para contribuir para a elevação da eficiência”. (LINEAMENTOS, 2011). O documento ainda destaca a importância de se atribuir uma maior autonomia às empresas estatais (que deverá continuar a ser ainda o centro da economia do país).

As propostas de reforma econômica têm o objetivo declarado de aumentar a eficiência da gestão, descentralizar a produção, diminuir o papel econômico do Estado e estimular as atividades privadas, além de reduzir custos (inclusive com a demissão de um número grande trabalhadores dos cargos públicos⁹). É um pacote bastante conhecido pelos países da América Latina, embora o Estado em Cuba não seja o mesmo dos outros países, detendo um maior poder de controle— mas manter estas características no novo cenário certamente é outro desafio posto à Revolução, ainda que não imediato. Nos termos oficiais, trata-se de manter o socialismo como controle estatal dos meios de produção fundamentais, priorizando-se a planificação, mas considerando-se as tendências do mercado.

Aliás, Raul Castro menciona explicitamente a necessidade de separar a esfera política da administrativa. Entramos então num outro aspecto das mudanças, as estritamente políticas, que não são constam nos Lineamentos. O dirigente defende a necessidade de separação do Partido com relação ao Estado. Para ele, as decisões do partido não têm caráter jurídico, como as do Estado, que tem meios de fazê-las cumprir, o cumprimento das normas do partido deve partir da consciência dos cidadãos. A confusão dos dois prejudicaria tanto o partido quanto a administração pública. Isto quer dizer que a gestão e a administração, em sua concepção, devem ser independentes do partido em seu funcionamento. Ele faz uma autocrítica explícita e dura a este ponto, inclusive admitindo que esta concepção equivocada teria dado a oportunidade de ascensão de quadros incompetentes, mas que “Não poucas lições amargas tiramos dos desacertos sofridos nesse âmbito devido à falta de rigor e de visão que criaram fendas na promoção acelerada de quadros inexperientes e imaturos fazendo uso da simulação

⁹ O anúncio da demissão de 500 mil funcionários públicos (10% do total) foi feito em 2010, com perspectiva de chegar a 1 milhão de funcionários públicos até 2015. Esta medida está na origem do incentivo às cooperativas, o trabalho autônomo e às outras formas de gestão não estatal da produção.

e do oportunismo, atitudes alimentadas também pelo conceito errado de que para desempenhar um cargo de direção exigia-se como requisito essencial, militar no Partido ou na Juventude Comunista.” (CASTRO 2011). Claramente este argumento justifica não apenas uma mudança na forma de seleção, mas também a proposta de demissão daqueles que se enquadrem neste perfil de ausência de competência ou produtividade.

Outro ponto de autocrítica refere-se à incapacidade de incorporar nas esferas de decisão mulheres, negros mestiços e jovens. E para garantir uma renovação permanente de quadros, propõe limitar o exercício dos principais cargos políticos a dois mandatos de cinco anos¹⁰. Apesar de não haver menção a este ponto nos Lineamentos, houve mudanças na composição do comitê central (passou de 125 para 115 membros, sendo que saíram 59 e houve 51 novos ingressos). A nova composição aponta uma maior diversidade de gênero e racial: são 48 mulheres (41,7% - mais do que triplicou a porcentagem anterior de 13,3%) e 36 negros e mestiços (31,3%, 10% a mais do que no período anterior). Também o bureau político passou de 24 para 15 membros (3 novos integrantes, uma das quais mulher).

É difícil avaliar precisamente o impacto e a significação destas mudanças (e nem é esta a proposta deste trabalho), que o próprio Raul Casto aponta como insuficientes, em termos de renovação dos quadros e aprimoramento do regime. No entanto, o que se pretende argumentar aqui é que, apesar de importantes, os aspectos mais determinantes para o futuro da Revolução Cubana são aqueles relacionados com sua inserção internacional.

As relações internacionais e o chamado setor externo

Com relação aos assuntos explicitamente voltados para as relações internacionais, é possível notar dois âmbitos distintos: por um lado o discurso de Raul Castro denominado Relatório ao VI Congresso do Partido Comunista Cubano (Castro, 2011) e a introdução aos Lineamentos e, por outro, os próprios Lineamentos (2011). Como já se mencionou, os Lineamentos estão voltados para os aspectos mais diretamente econômicos e para mudanças, que o dirigente considera o maior desafio à Revolução. Já no discurso e na introdução aparecem temas mais políticos, e uma tentativa de dar um tom de continuidade com relação à posição assumida pelo governo historicamente. Um ponto importante é que os debates na Assembleia Nacional concentraram-se nos Lineamentos, ou seja, os trabalhos do parlamento

¹⁰ As informações têm como fonte o discurso de Raul Castro para fechamento do Congresso (CASTRO: 2011b)

concentram-se na discussão e aprovação das propostas de mudanças econômicas, enquanto o Partido mantenha a direção nos assuntos políticos.

Raul Castro inicia seu discurso avaliando a conjuntura internacional, considerando não haver perspectivas de solução para a crise econômica internacional, dado seu caráter sistêmico, e destaca seu caráter deletério principalmente aos mais pobres. Contribuindo com o cenário de turbulência, há menção à crise ecológica (especificamente climática), aos desastres naturais e chamada Primavera Árabe. Na introdução aos Lineamentos há uma síntese dos impactos diretos deste cenário para Cuba:

“Cuba, **com uma economia dependente das suas relações econômicas externas**, não ficou isenta dos impactos dessa crise que se manifestaram em instabilidade dos preços dos produtos que intercambia; nas demandas para os seus produtos e serviços de exportação; bem como em maiores restrições nas possibilidades de obtenção de financiamento externo.”
(LINEAMENTOS, 2011 – grifo meu)

Como contrapartida, é citado o ingresso na Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), a partir de 2004, potencializando as fontes de receita principalmente a partir da prestação de serviços médicos. Destaque para a relação com a Venezuela, que se tornou o principal parceiro econômico de Cuba, e fornecedor de importantes produtos, como o petróleo.

Ainda no discurso à Assembleia Nacional, a referência à importância da ALBA é somada à perspectiva de integração Latino Americana, expressamente a UNASUL¹¹ e à CELAC¹² (Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos). Já nos Lineamentos, aparecem apenas referências aos esquemas de integração econômica, com expressa prioridade à ALBA (item 114¹³) e a alguns esquemas econômicos: Associação Latino Americana de Integração (ALADI), Comunidade do Caribe (CARICOM), Associação dos Estados do Caribe (AEC), PETROCARIBE (item 115).

Note-se que o plano não faz referência à UNASUL nem à CELAC. Por um lado, isto pode ser explicado pelo fato de estes mecanismos não serem expressamente de integração econômica, como são os citados. Mas, por outro, nota-se que Cuba vislumbra como caminhos para uma recuperação econômica a ALBA (especificamente a manutenção das relações com a

11 Denominada equivocadamente “União do Sul”, quando significa “União de Nações Sul Americanas”.

12 Cuba assumiu a presidência Pro Tempore da CELAC em janeiro de 2013, o que demonstra claramente a intenção desta organização de se colocar como alternativa à OEA e à presença dos EUA na América Latina.

13 Os Lineamentos (2011) são divididos em item. As referências a itens são sempre deste documento

Venezuela, incluindo-se aí a Petrocaribe) e o entorno regional (Caribe), ou seja, estes são os focos estratégicos¹⁴. Por mais que a CELAC possa ter um significado político importante como alternativa à OEA, ela não aparece nos planejamentos cubanos como chave para o desafio central da Revolução, ou seja, suas dificuldades econômicas. A reaproximação com o Caribe data dos anos 1990 (CAMPOS:2002), tendo como marcos a criação, em 1994 da AEC (Cuba é um dos membros fundadores) e do acordo econômico com o CARICOM em 2000, precedido pelo reestabelecimento de relações diplomática com seus países membros durante os anos 1990 (CAMPOS, op.cit: 227).

Nos pontos mais específicos sobre as direções para as quais o país pretende caminhar, destaca-se logo no início a ideia de “aumentar a credibilidade do país nas suas relações econômicas internacionais mediante o estrito cumprimento dos seus compromissos” (item 73). No item 93, a ideia de estrito cumprimento dos compromissos se repete, com relação aos acordos de renegociação das dívidas. Este ponto é fundamental, pois se trata de, em função da necessidade de crédito, abrir mão de uma bandeira histórica dos países do Sul, a do questionamento da dívida externa – tanto por sua origem como por seus efeitos. Com relação aos efeitos, o item 94 menciona a necessidade dos financiamentos externos estarem incluídos no Plano da Economia Nacional e que “não sejam uma fonte de deterioração da situação externa do país”. A questão é: como garantir isto? Nas relações financeiras quem estabelece condições geralmente são os emprestadores, não os tomadores. A abertura ao capital financeiro internacional certamente será um dos pontos centrais a determinar os rumos da Revolução.

Com relação às importações, a palavra de ordem é a aumentar a eficiência na gestão da importação, associação com empresas privadas e busca por altos padrões de qualidade para o mercado internacional (83, 85,86 e 91). Ao mesmo tempo aponta-se para a necessidade de substituição de importações (itens 87 e 88). O objetivo é fazer acordos de cooperação que permitam ao país produzir produtos de exportação de maior valor agregado e tecnologia, e

¹⁴ Na Introdução dos Lineamentos são citados países individuais que teriam aumentado sua importância econômica nos últimos anos, nomeadamente: China, Vietnã, Rússia, Irã, Angola, Brasil e Argélia. De fato, a China tem aumentado muito sua presença na Ilha, sendo atualmente o segundo parceiro, atrás apenas da Venezuela. Como a menção é apenas aos países que tiveram crescimento recente, não se mencionam o Canadá (3º em trocas comerciais), a Espanha (4º) e Holanda (5º). Todos estes estão à frente do Brasil nas relações comerciais. Curioso é notar que até 2009 os EUA estavam também à frente do Brasil, em função de licenças especiais para comércio entre os dois países! Nos dados de 2011 – os mais recentes disponíveis, os EUA estão à frente da França, Argélia e Rússia neste quesito! (Fonte dos dados: Oficina Nacional de Estadística e Información)

diversificá-los (89)¹⁵. Também se busca a diversificação dos destinos das exportações e buscar maior estabilidade na obtenção de receitas (77)¹⁶. No tema das exportações, os serviços, especialmente na área médico- farmacêutica¹⁷, ganham prioridade estratégica (76, 80 e 81), e apontam a necessidade de flexibilidade nos contratos individuais de trabalho para promover a associação com o capital estrangeiro.

As propostas, no mesmo tom dos outros temas dos Lineamentos, alteram substancialmente os princípios que regem a economia cubana, revelando a orientação empresarial e pautada no mercado internacional. Como compatibilizar os princípios do mercado (principalmente o lucro) com o socialismo é uma questão difícil de responder. Mas aqui o que se pretende destacar é que estas reformas colocam no exterior o padrão e o fundamento das direções da economia. Isto pode significar que a presença internacional de Cuba tende a se pautar predominantemente pelos princípios que regem as economias capitalistas, apesar de se procurar manter os setores essenciais sob controle estatal.

Outro aspecto desta inserção internacional, não expresso nos Lineamentos, é a integração mais ativa às instituições internacionais. Dominguez (2001, 187-193) denomina esta postura de "estratégia institucionalista". O autor destaca as possíveis motivações (benefícios) desta postura, que seriam exatamente os efeitos das instituições apontados pelas teorias institucionalistas das relações internacionais: maior acesso a informações, diminuição de incerteza (quanto à postura dos outros), diminuição do isolamento, redução de custos de transação e a criação de padrões normativos que podem, no caso de Cuba, ser utilizados para se contrapor aos EUA.

Este último aspecto pode ser exemplificado pela iniciativa de Cuba, em 2007, de recorrer à OMC para condenar o bloqueio, fundamentando-se na declaração de Doha, e em princípios mais amplos de liberalização comercial a proibição de barreiras comerciais, a não discriminação, e acesso aos mercados, principalmente pelos países em desenvolvimento¹⁸. Mais recentemente, em 2013, o país ingressou pela primeira vez com uma demanda para a

¹⁵ Esta (exportação de bens com maior valor agregado e mais diversificados) é também a opinião do estudo da CEPAL como caminho para superação das restrições e dificuldades econômicas (Molina, 2005)

¹⁶ A estabilidade é importante também na importação de produtos essenciais, como o petróleo. Cuba depende do petróleo venezuelano, e uma vitória do opositor Capriles poderia significar um golpe econômico de impactos enormes caso resultasse no fim da venda de petróleo e demais transações econômicas bilaterais.

¹⁷ A possibilidade de envio de 6000 médicos cubanos para o Brasil se enquadra nesta estratégia, mas importante notar que a iniciativa e a demanda é brasileira.

¹⁸Folha de São Paulo in <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro/ult91u342693.shtml> acesso em 4/3/2013

resolução de disputas pela OMC¹⁹, contra a restrição australiana ao comércio de tabaco²⁰. A questão é que, mesmo usando as regras a favor de seu interesse, há o pressuposto do reconhecimento das regras e princípios, e a limitação a seu questionamento. Compare-se este reconhecimento dos princípios da instituição com a forma como, na entrevista biográfica para Ignacio Ramonet, Fidel qualifica a OMC: "... concebida para que os países ricos possam invadir o mundo com suas mercadorias sem restrição alguma, e para liquidar o desenvolvimento industrial e agrícola dos países pobres, sem outro futuro senão o de fornecer matérias-primas e mão-de-obra barata..." (RAMONET, 2006: 359).

Ao apontar estas mudanças, é preciso fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, apesar de o VI Congresso consolidar, sistematizar e aprofundar a reformulação do padrão econômico, esta tendência vem desde o início dos anos 1990, com as joint ventures, liberação de negócios privados (como restaurantes), dolarização de parte da economia, abertura econômica, tentativa de transição da exportação de commodities para o turismo como principal fonte de divisas e política fiscal restritiva, busca de diversificação de parceiros (TRETO, 2006; SÁNCHEZ-EGOZCUE, 2006; VALDÉS et alii, 1997). O fator determinante para as mudanças nos anos 1990 foi o fim da URSS e a nova configuração do sistema internacional. Da mesma forma, as mudanças de 2011 se enquadram no contexto da crise econômica internacional, a partir de 2008, e seus impactos sobre Cuba, sugerindo uma relação clara entre as mudanças no sistema internacional e as mudanças internas.

Boa parte da superestimação das mudanças mais recentes deve-se à expectativa em torno da passagem de liderança de Fidel para Raul²¹ e, ao aumento de uma pressão internacional, neste processo, para mudanças no regime político cubano. Mas, apesar de poder haver diferenças (ainda não completamente claras) entre os dirigentes, o fator explicativo fundamental para o que acontece em Cuba parece não serem as características particulares do chefe de Estado.

¹⁹ Para dados e documentos oficiais sobre esta demanda cubana, ver a página da própria OMC: http://www.wto.org/english/news_e/news13_e/ds458rfc_03may13_e.htm. Importante mencionar que Cuba é membro fundador tanto do GATT quanto da OMC, e faz parte de oito grupos (coalizões) nas negociações da instituição. Detalhes dos grupos na página da OMC sobre Cuba: http://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/cuba_e.htm

²⁰ A lei australiana já teve que enfrentar judicialmente os fabricantes British American Tobacco, Imperial Tobacco, Philip Morris e Japan Tobacco, e na OMC questionamentos de Ucrânia, Honduras e República Dominicana. (Fonte REUTERS <http://www.reuters.com/article/2013/05/06/us-australia-tobacco-wto-cuba-idUSBRE9450BI20130506>)

²¹ Ver, por exemplo, Erickson & Wander, 2009

Outra ponderação importante é o reconhecimento de que alguns padrões de comportamento internacional permanecem, sendo típicos da Revolução: além de um discurso diplomático crítico (como o não reconhecimento do governo de transição da Líbia e apoio ao Irã), o principal elemento de continuidade é a política de assistência humanitária, que destoa completamente do padrão de cooperação internacional vigente nas relações internacionais. A presença de médicos cubanos no Haiti há 14 anos e os resultados obtidos no combate à cólera, mesmo com a situação calamitosa após o terremoto de 2010, e demais epidemias que se seguiram, é o melhor exemplo da manutenção desta tradição. Portanto, ao se avaliar as mudanças por que passa a inserção internacional de Cuba, é necessário que se tenha em conta as tendências contraditórias (de ruptura e continuidade) presentes neste processo.

Considerações Finais

Os desafios postos à Revolução Cubana são de múltiplas naturezas, e o processo de transformações porque passa muito mais amplo e profundo do que estas reflexões iniciais podem abarcar. Aqui se focou na dimensão internacional deste processo, tanto, por um lado, para a explicitação da dependência estrutural de suas relações externas como, por outro, as mudanças voltadas especificamente para este setor.

O primeiro ponto é importante para que se parta do pressuposto de que há limites muito estreitos dentro dos quais Cuba pode se movimentar. Muitas abordagens, ao centrarem-se apenas nas decisões internas, fazem parecer como se o conjunto de alternativas fosse ilimitado. Assim, a plataforma de mudanças aparece meramente como um erro ou, pior, como uma traição ao projeto socialista (ou acerto, dependendo da perspectiva). Não se trata aqui de cair no extremo oposto, de defender um determinismo da economia internacional que simplesmente aponta para caminhos únicos (discurso bastante conhecido na América Latina dos anos 1990). Sempre há possibilidades diferentes de caminhos, mas estes, especialmente na situação cubana, têm limites muito estreitos. Trata-se, portanto, de reconhecer o drama da situação da Revolução Cubana, e se afastar tanto da crítica fácil e sem compreensão da profundidade das questões, quanto da defesa incondicional e acrítica que não traz qualquer contribuição aos desafios postos.

Cuba não é um laboratório de ideias e projetos, mas sim a dura história de luta de um povo por sobreviver e construir uma realidade distinta e autônoma. Não basta reivindicar que ela transforme o mundo, pois evidentemente suas capacidades são muito limitadas e, argumenta-se aqui, podem diminuir. A grande questão é saber que caminhos pode trilhar para manter seu papel de protagonismo internacional, representando um desafio em primeiro lugar aos EUA (e ao imperialismo em geral) e às estruturas mais profundas da política e economia internacionais. O reconhecimento das (e submissão às) instituições políticas, econômicas e financeiras internacionais pode representar um sério limite a este papel. Mais do que saber qual até que ponto as mudanças econômicas caracterizam uma transição para o capitalismo (ou socialismo de mercado), mais do que verificar os resultados econômicos e mesmo políticos destas mudanças, o que se propõe aqui é o olhar para os impactos na presença e significado internacionais de Cuba.

Do ponto de vista teórico, trata-se não de questionar se Cuba é socialista ou se transita para o capitalismo, mas sim qual o seu papel numa economia-mundo capitalista. O que se argumenta aqui é que a maior integração ao sistema internacional pode minar o papel de Cuba de tencionar este sistema-mundo, sendo referência para aqueles buscam a construção de outro sistema social. Descobrir formas de enfrentar este risco é um dos grandes desafios não apenas de Cuba e dos cubanos, mas de todos que lutam por um outro mundo.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Carlos Oliva. "Cuba-Caribe: opciones y oportunidades desde la marginalidad". In OLIVA, Carlos & SERBIN, Andrés (org). *América Latina, el Caribe y Cuba en el contexto global*. Araraquara:UNESP, Havana:AUNA, 2002.

CASTRO, Raul. *Relatório Central ao VI Congresso do Partido Comunista de Cuba*. 16/04/2011. Disponível em <http://pt.cubadebate.cu/opinioes/2011/04/16/relatorio-central-ao-vi-congresso-do-partido-comunista-de-cuba/>, 2011. acesso em 28/03/2013

_____. *Discurso de fechamento do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, pronunciado a 19/04/2011*. Disponível em <http://pt.cubadebate.cu/opinioes/2011/04/16/relatorio-central-ao-vi-congresso-do-partido-comunista-de-cuba/>, 2011b. acesso em 28/03/2013

DOMÍNGUEZ, Jorge I. "Cuban Foreign Policy". In *Foreign Affairs* 57. Council of Foreign Relations, 1978.

_____. *To make a world safe for revolution: Cuba's foreign policy*. Cambridge: Harvard University Press, 1989

_____. "Cuban foreign policy and the international system". In TULCHIN, Joseph S. & ESPACH, Ralph H. *Latin America in the international system*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2001

ERIKSON, Daniel P. & WANDER, Paul J. Cuba's Brave New World. *Fletcher Forum of World Affairs*, Vol 33, Issue 2, 2009. Tufts University, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/10427/77182> acesso em 5/4/2013

ERISMAN, H. Michael. *Cuba's international relations: the anatomy of a nationalistic foreign policy*. Colorado: Westview Press, 1985 (Westview Special Studies on Latin America and the Caribbean)

FERNÁNDEZ, Damián. "Cuba: Talking Big, Acting Bigger" In MORA, FRANK O. & HEY, Jeanne A (ed.). *Latin American and Caribbean Foreign Policy*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2003

LINEAMENTOS da política econômica e social do Partido e da Revolução. Disponível em <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/l160711p.html>, 2011. acesso em 28/03/2013

KIRK, John M. "Defying the odds- five conclusions about Cuban Foreign Policy". In ERISMAN, H. Michael & KIRK, John M. *Redefining Cuban Foreign Policy the impacto of the "Special Period"*. Gainesville: The University Press of Florida, 2006.

MOLINA. Jesús M. García. *La economía cubana desde el siglo XVI AL XX: del colonialismo al socialismo com mercado*. México DF: CEPAL, 2005 (serie estudios y perspectivas 28)

MORAIS, Fernando. "Introdução". In RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. São Paulo: Boitempo, 2006

_____. *Os últimos soldados da Guerra Fria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PAETZOLD, Christopher. "Spanish- Cuban Relations, 1990- 2003". In ERISMAN, H. Michael & KIRK, John M. *Redefining Cuban Foreign Policy the impacto of the "Special Period"*. Gainesville: The University Press of Florida, 2006.

PISANI, Miguel Antonio D'Estéfano. *Cuba en lo internacional*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. São Paulo: Boitempo, 2006

SÁNCHEZ-EGOZCUE, Jorge Mario. "Redefining Cuba's International Economic Interests". In ERISMAN, H. Michael & KIRK, John M. *Redefining Cuban Foreign Policy the impacto of the "Special Period"*. Gainesville: The University Press of Florida, 2006

TRETO, Carlos Alzugaray. "Cuban Foreign Policy during the 'Special Period': interests, aims, outcomes". In ERISMAN, H. Michael & KIRK, John M. *Redefining Cuban Foreign Policy the impacto of the "Special Period"*. Gainesville: The University Press of Florida, 2006.

VALDÉS, Julio Carranza, URDANETA, Luis Gutiérrez, GONZÁLEZ, Pedro Monreal. *Cuba: la reestructuración de la economia: una proposta para el debate*. Caracas: Nueva Sociedade, 1997